



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 12 | Nº. 22 | Jan./ Jun. 2020

Paulo Henrique Souza Martins

Universidade Federal do Ceará / UFC.

phhistoria10@gmail.com

TRABALHO RURAL, PÓS- ABOLIÇÃO E MEMÓRIAS DA LIBERDADE NO ANTIGO MUNICÍPIO DE ENTRE-RIOS, SERTÃO DO CEARÁ.

RESUMO

O artigo busca compreender o universo rural do então município de Entre-Rios, localizado no sertão norte do Ceará, a partir dos dados obtidos pelo Censo Rural de 1920. Nesse processo, analisa e compara as informações com o município de Santa Quitéria, a que voltou a fazer parte anos depois. Com base em memórias de descendentes de terceira geração dos últimos escravos e libertos da região, analisa o papel desempenhado pelo trabalho familiar, redes de sociabilidade e acesso à terra como mecanismos afirmadores de autonomia e liberdade.

Palavras-chave: Trabalho rural. Pós-abolição. Memória.

RURAL WORK, POST- ABOLITION AND MEMORIES OF FREEDOM IN THE FORMER MUNICIPALITY OF ENTRE- RIOS, SERTÃO DO CEARÁ.

ABSTRACT

The article tries to understand the rural universe of the then municipality of Entre-Rios, located in the northern sertao of Ceará, based on the data obtained by the 1920 Rural Census. In this process, it analyzes and compares the information with the municipality of Santa Quitéria. It was part years later. Based on memories of the third generation descendants of the last slaves and freedmen of the region, it analyzes the role played by family work, networks of sociability and access to land as mechanisms that affirm autonomy and freedom.

Keywords: Rural work. Post-abolition. Memory.

Introdução

Elias Vital nasceu em 1927 na fazenda Cachoeira, Santa Quitéria-CE. Conviveu até a idade de 18 anos com sua avó materna, chamada Martin. Com ela soube de um fato já aquela altura ciente por todos na região. A avó Martin era filha de Felícia, escrava de Domingos Braga, senhor/pai ao mesmo tempo de Martin. Seu avô materno André Lourenço, que só conheceu por intermédio das histórias que seu tio contava, era “moreno” e trabalhador, mas teve alforria, não morreu escravo.

Pode-se dizer da existência de duas memórias sobre a história social da escravidão no Ceará na segunda metade do século XIX: uma que se tornou hegemônica, produzida pelas elites locais, em que a nova sociedade do capitalismo somente poderia gerar bons frutos com a extinção do cativo; e outra mantida pela oralidade, lembranças familiares, que somente muito recentemente veio ser objeto de estudos historiográficos.

A historiografia cearense de certa forma construiu um discurso social em que as classes subalternas são desprovidas de historicidade e agência ao longo do tempo. Notadamente negros e índios não tiveram um olhar atencioso por parte da ciência histórica no sentido de descobrir quais caminhos foram trilhados e possibilidades aventadas, sonhadas, postas em disputa no campo social. Quando nos deparamos com a temporalidade imediatamente seguinte à emancipação dos escravos no Brasil, os libertos no Ceará se transformam em grandes interrogações até hoje insuficientemente enfrentadas. O que fizeram com sua liberdade, ou em outros termos, quais mecanismos de atuação político-social puderam ser orquestrados face às novas possibilidades que se apresentavam com o advento da igualdade jurídica e o acesso à cidadania civil? As interrogações acima expõem uma tônica dos estudos históricos brasileiros recentes, sobremaneira a partir de fins da década de 1980, isto é, a tomada do pós-abolição enquanto problema para a historiografia social.

Analisando as considerações levantadas pela historiografia sobre essa questão, Hebe Mattos e Ana Lugão (1998) apontam que os libertos de várias partes da América tiveram com operar com as possibilidades de inserção no mundo livre e as suas consequentes expectativas nesse sentido, uma vez que essas possibilidades e expectativas estavam conformadas num conjunto de variáveis que iam desde o sistema de atuação política, o acesso à terra até as relações hierárquicas a que esses atores estavam sujeitos. Porém, apesar das variedades de projetos e possibilidades de atuação, a busca pela autonomia nos ritmos de trabalho, o concurso da força de trabalho familiar

bem como o controle desta, a recusa aos sinais de deferência que reavivassem os tempos da escravidão, podem ser apontados como elementos comuns nos horizontes dos ex-escravos.

Procuraremos demonstrar a hipótese de que as experiências familiares dos escravos e libertos geraram um arcabouço de expedientes reutilizados nas novas circunstâncias advindas da vida em liberdade. Essas outras memórias e as vivências as criaram dialogam entre si, e é nesse intento que tentaremos nos aproximar do contexto histórico rural durante a Primeira República no Ceará, isto é, no pós-abolição.

Censo de 1920: uma história agrária da pobreza na Primeira República

Os dados de todo o censo só podem ser apreendidos com alguma dose de cautela. Informação interessante nesse sentido está contida nas “Instruções para preenchimento do questionário” dirigido aos agentes recenseadores. Lá dizia ser o objetivo único do recenseamento conhecer a situação agrária do país. “Não se trata absolutamente de obter elementos para criação de novos impostos” vaticinava a instrução em itálico.¹ Lendo à contrapelo percebe-se a desconfiança no oposto do dito era existente. De fato, seu Dilau lembra de um “romanzo” sugestivo dessa apreensão: “Desde então que a República entrou nosso Brasil, só trouxe fome e peste e imposto mais de mil, para o atraso do pobre e o casamento civil”.² Quantas devem ter sido as supressões ou dilatamentos, arteiramente calculadas com base nessa percepção? O que se esperar de um Estado historicamente ausente e opressor, na figura do recenseador, indo ao encontro da realidade agrícola nos rincões mais inóspitos do campo?

Tomando os dados do extinto município de Entre-Rios, território em que se localizava a maioria das fazendas sobre as quais conhecemos memórias da escravidão e do pós-abolição, e do município de Santa Quitéria, ambos geograficamente pertencentes ao Sertão Central do Ceará, fica patente que o velho quadro de latifúndios e o prestígio gozado pelos fazendeiros ao longo do século XIX cambiara-se para uma outra situação um tanto diversa.

Para o município de Entre-Rios, os dados mostram que a produção da quase totalidade dos estabelecimentos recenseados era tocada diretamente pelo seu

¹ Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920. Volume I, Anexos (Decretos, instruções e modelos de cardenetas e dos questionários para execução do Recenseamento. Pág. 142. Doravante Censo de 1920, Vol. I, Anexos.

² Entrevista realizada com Estanislau Ferreira Chaves em 06 de fevereiro de 2011, p. 21.

respectivo proprietário não sendo — sugestivamente — encontrado nenhum arrendatário dirigindo a exploração de nenhum estabelecimento rural. A realidade quiteriense mostra um índice em que praticamente as duas metades dos estabelecimentos recenseados se dividem entre os dirigidos por seus proprietários e pelos administradores desses. Tal índice de absenteísmo pode sinalizar para uma economia rural mais dinamizada, voltada mesmo para outro mercado que não o somente de abastecimento interno. O próprio número de nove estabelecimentos aparecerem como “arrendados”, isto é, alugados por seus ocupantes bem reforça essa impressão de dinamismo econômico.

Tabela 1 - Modo de Exploração dos imóveis recenseados do município de Entre-Rios e Santa Quitéria.

Município	N. de estabelecimentos	Explorados por	%
Entre-Rios	162	Proprietários	93,64
	11	Administradores ou interessados	6,36
	0	Arrendatários	0
Santa Quitéria	127	Proprietários	48,10
	128	Administradores ou interessados	48,48
	9	Arrendatários	3,42

Mas não podemos nos esquecer das fazendas que não foram recenseadas ou simplesmente das que apesar de constar como que ocupadas por “proprietários” tinham suas terras exploradas por um conjunto maior de pessoas. Para efeitos de preenchimento e orientação dos questionários censitários, deveria ser entendido como proprietário

Não só quem dirige um estabelecimento rural, e é dele *único dono*, como também qualquer outra pessoa que, possuindo *parte* do estabelecimento agrícola o explore por sua conta, ou como representante de membros da família, herdeiros e condomínios³.

No universo demográfico e fundiário perceptível, parece muito pouco provável que não existissem arrendatários ou parceiros nas fazendas sejam médias ou grandes, quando não nas pequenas em que a direção está a cargo de um proprietário. O fato dos números atribuírem supremacia aos estabelecimentos explorados pelos proprietários não deve eclipsar a existência dos moradores, agregados, parentes no interior das fazendas. Uma hipótese é que quando do recenseamento o proprietário “mais forte” simplesmente excluiu a existência de parceiros e arrendatários da propriedade, afastando possibilidades de questionamento sobre a legitimidade da posse. Daí porque

³ Censo de 1920. Volume 1, Anexos, pág. 145. Grifos no original.

não se deva pensar a ocupação nem o uso da terra, nessas circunstâncias e hipótese específicas, por um prisma meramente nuclear.

Muitos dos entrevistados apontaram em suas lembranças a disseminação do sistema de ocupação da terra e trabalho em que uma ponta — o “morador” sem terra — está atrelado a outra — o proprietário e em sentido mais amplo a família proprietária da terra. Nessa seara, seu Dilau lembra que ouviu muito falar que nas antigas fazendas da família Gonçalves Macêdo⁴ os moradores tinham liberdade para escolher onde abrir roçados, possibilidade mesmo da fronteira agrícola ainda com alguma margem de expansão:

Isso aí [as terras] não era medido, tinha era aquele rumo, aquele cálculo. Bom, “mando de tal parte pra tal parte”. Agora depois que a República entrou, entrou [começou a prática de] a tirar o papel de terra, hoje em dia tudo num é escritura... de terra... nos cartório... que pagavam...? Morreu o “véi” tenente, foi partido pros “fi”, pras “fia” que ele não tinha “famía homi”, só tinha três “muié”. Elas casaram, formaram “famía”, já foi repartido pros “fi” delas, pras “fia” pros “fi”, pros genro, ficou tudo por “pedaçin, pedaçin, pedaçin”. Agora nesse tempo, disse que os “véi” eram vivo, [os moradores] “trabaiavam” onde queriam. Pediam o patrão *quero “brocá” um roçado em tal parte* diz que ele dizia *caça a terra que preste* ele não ia caçar não, iam caçar aquele que iam “trabaiár”. [...] Aí iam “brocá” onde eles queriam mesmo. Não tinha dado a liberdade a eles?! Ficassem onde queriam, ouvi muito falar isso⁵.

As lembranças do entrevistado indicam não somente a existência do “morador”, mas possibilita interpretar as possibilidades de sobrevivência no sistema de parceria em que estavam inseridos uma vez que o valor cotidiano da terra dependia da sua produção carecendo, portanto, dos braços agricultores dos moradores. Daí talvez essa “liberdade” de escolha do terreno para expansão da área produtiva. Também, o contraste havido entre o tempo do velho tenente Josino Macêdo (séc. XIX) e o dos herdeiros (séc. XX), sugere avanço sobre as matas na abertura de novos roçados, demanda criada pelo crescimento demográfico, o que talvez ficasse menos possível em fazendas repartidas pós morte do antigo proprietário.

Outro entrevistado, senhor Manoel Luiz de Souza, nascido em 1919, também relata sobre a vida do “morador”, realidade experimentada por ele e seus pais na fazenda Surucutim⁶.

⁴ Duas delas constaram no Censo de 1920: Fazenda “Itamaraty” pertencente a João Gonçalves de Madedo e “Serrote” de Francisca Cecília de Macedo, sendo esta proprietária irmã de Ermilina Erquilina de Macedo, vulgo “dona Mulata” com quem tanto conversou nosso entrevistado. Ver Ver Censo de 1920. Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no estado do Ceará, p. 77.

⁵ Entrevista com Estanislau Ferreira Chaves, em 06 de fevereiro de 2011, p. 15-16

⁶ Incluída no censo agrícola de 1920 com a denominação de “Barra do Pires”. Ver Censo de 1920. Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no estado do Ceará, p. 77

Um proprietário daquele, um fazendeiro tinha três ou quatro ou cinco morador né, e ali ele fazia aqueles trabalho com aqueles homens com aqueles morador né. (...) As condições eram muito, muito fraca pra nós. Ali, aqueles fazendeiro é que tinha aqueles morador né, aí ia “trabaiar” com aqueles homens né, aquelas mulher também eram..., todo mundo era cativo pode se dizer⁷.

A situação de extrema pobreza, ao se julgar pelas memórias do entrevistado, parecia compor um cenário geral a afligir a todos, proprietários ou não, que invariavelmente são relatados como trabalhadores, distintos nesse sentido da imagem clássica do potentado rural ocioso vigilante dos “seus” homens.

Nessa mesma chave de leitura, os dados do censo sobre as dimensões das fazendas, como veremos abaixo, indicam para uma situação de esfacelamento territorial, causa das repartições sucessórias e aumento das possibilidades de aquisição via compra por parte de um conjunto maior da população. A maior parte dos estabelecimentos recenseados no município de Entre-Rios, 132 ou 76,30%, foram conformados na variação de até 200 hectares. Os que variaram de 201 a 1000 chegaram ao número de 38 (21,96%), sendo que apenas 3 estabelecimentos (1,7%) lograram a extensão de mais de 1000 hectares, nenhum ultrapassando os 2000.

Tabela 2 - Distribuição dos imóveis recenseados no município de Entre-Rios.

Tamanho (ha)	Pequenos			Médios		Grandes			
	< 41	4-100	101-200	201-400	401-1000	1001-2000	2001-5000	5001-10000	10001-25000
N. de fazendas e %	41	46	45	19	19	3	0	0	0
	76,30%			21,96%		1,7%			
Área média	24	62	180	340	592	1390	0	0	0
Total ocupado e %	11.936 hectares			17.708 hectares		4.170 hectares			
	35,30%			52,37%		12,33%			

Fonte: Censo de 1920. Volume 3, Parte 1, Agricultura, p. 136-137.

As pequenas e médias propriedades somam um conjunto de 98,26% dos imóveis recenseados ocupando 87,67% das terras. Ainda que exista um hiato de concentração entre os aqui chamados “pequenos” e “médios” e mais ainda em relação aos “grandes”, certamente abismo maior era verificado no século XIX.

A realidade de distribuição fundiária do vizinho município de Santa Quitéria aponta para uma concentração mais aguda. Levando em consideração a área total dos

⁷ Entrevista com Manoel Luiz de Souza, em 08 de janeiro de 2009, p. 14.

estabelecimentos recenseados, percebe-se que os considerados grandes (entre 1001 e 25000 ha) abarcavam o total de 67% das terras, número bastante elevado quando se toma por parâmetro o índice do município limítrofe acima analisado e mesmo o estadual que atingiu a cifra de 41,77%.⁸ As pequenas e médias propriedades somavam 33%. Outro dado interessante para visualização do universo rural estudado é o da composição dos valores atribuídos aos estabelecimentos recenseados. A maior parte do total é gerado pelo valor das terras enquanto que os instrumentos e maquinismos agrícolas ficam com o menor percentual.

Pelos dados apresentados na composição dos valores dos estabelecimentos rurais, pode-se concluir pela expressiva importância da terra atingindo as partes mais robustas do total enquanto que o pequeno percentual atribuído às máquinas e instrumentos agrários é indicativo de que no universo estudado, se referem à foices e enxadas, pá e picaretas em sua maioria, característicos mesmo de uma agricultura levada pela mão de obra humana basicamente. As fazendas dirigidas por não proprietários, sejam arrendatários ou administradores, em Santa Quitéria ocuparam a cifra de 57,40% dos valores totais dos estabelecimentos recenseados, indicativo do caráter comercial da produção em se assumindo a ideia de que de alguma forma os proprietários se apropriavam de partes dessa produção. O valor médio do hectare de terra incluindo as matas localizadas no interior da fazenda, tiveram uma cotação aproximada ficando em 15,05\$ para Entre-Rios e 15,40\$ para Santa Quitéria. Em Entre-Rios cada hectare de terra valia 0,46% do total avaliado para o estabelecimento rural, enquanto que em Santa Quitéria esse índice mais que triplica atingindo o índice de 1,63% o valor de cada hectare na composição do valor total da fazenda.

A safra agrícola 1919-1920 é também indicativa das flutuações de produção em anos de quadra chuvosa pouco intensa e mesmo do nível geral de riqueza no campo. Sabendo-se que o ano de 1919 passou-se em intensa falta de chuvas e avolumados prejuízos na lavoura, temos uma possível explicação para os números abaixo. Enquanto em Santa Quitéria quase que se não verifica produção de gêneros vegetais, não obstante a maior quantidade de fazendas arroladas e maior superfície territorial, para o município de Entre-Rios, mais dedicado a produção de alimentos vegetais embora menor e menos rico, a produção assoma a quantidade de 660 toneladas contra apenas 99 do município vizinho.

⁸ Censo de 1920. Volume 3, Parte 1, Agricultura, p. 36-37.

Tabela 3 – Produção de cereais e outras plantas alimentícias nos estabelecimentos rurais recenseados no ano agrícola de 1919-1920.

PRODUTO	Entre-Rios		Santa Quitéria	
	Fazendas e %	Produção (ton) e %	Fazendas e %	Produção (ton) e %
Arroz	13 (7,51%)	50,2 (7,59%)	-	-
Milho	32 (18,49%)	418,2 (63,28%)	5 (1,89%)	21 (21,14%)
Feijão	47 (27,16%)	149,5 (22,62%)	5 (1,89%)	5,3 (5,33%)
Batata Inglesa	2 (1,15%)	1,2 (0,18%)	-	-
Mandioca	4 (2,31%)	16 (2,42%)	1 (0,37%)	5,6 (5,63%)
Algodão (em caroço)	1 (0,57%)	0,5 (0,07%)	11 (4,16%)	67 (67,47%)
Cana de açúcar	14 (18,09%)	25 (3,78%)	-	-
Fumo	1 (0,57%)	0,2 (0,03%)	2 (0,75%)	0,3 (0,3%)
TOTAIS	173 (100%)	660,8 (99,97%)	264 (100%)	99,2 (99,87%)

Fonte: Censo de 1920, Volume 03, Parte 2, Agricultura, pp. 34-35; 38-39 dos quadros gerais.

A análise da safra diminuta de Santa Quitéria permite algumas considerações. Produtos não imediatamente passíveis de servirem como alimento humano como o milho e o algodão, juntos compreendem 88,61% da produção municipal (21,14 para o milho e 67,47 para o algodão). Produtos de consumo imediato como o feijão e a mandioca juntos chegam a pequena porção de apenas 11% da produção, destacando-se o arroz que não teve resultado computado no censo. O que pode significar isso? Uma possibilidade é que o município de Santa Quitéria, tradicionalmente dedicado à pecuária, sinal de status e riqueza no período colonial e imperial, tenha sido importador de gêneros vegetais dos municípios vizinhos como complementação da pequena produção.

Deve ser lembrado que o algodão era produto de ponta nas exportações, sendo seu caroço importante fonte de proteínas para o gado vacum. O milho por sua vez somente nos primeiros meses após o plantio serve de consumo imediato e normalmente a maior parte da produção é estocada na forma de proteína animal. Pesquisas etnográficas têm mostrado que a criação de animais de “terreiro” como galinhas e porcos, justamente o meio termo da relação produção (roçado) e consumo (casa) são importantes expedientes de reserva proteica para momentos de baixa produtividade agropastoril (GARCIA JR; HEREDIA, 2009). O milho é o principal alimento desses animais. Os dados sobre a pecuária dos dois municípios fundamentam essa tese.

Movimento contrário, mas oriundo da mesma lógica é o que explica a produção em Entre-Rios. Mais dedicado à pequena produção de subsistência familiar, mesmo em tempos de seca como foi o ano de 1919, consegue produzir mais. A produção de milho

e feijão ocupam o patamar superior atingindo o volume de 86% da safra total (63,28 para o milho e 22,62 para o feijão). Abaixo vem o arroz, cana de açúcar e mandioca.

Os dados da pecuária sustentam a tese das diferentes predominâncias econômicas nos municípios analisados. Dos animais de consumo nascidos nas fazendas, somente no caso dos leitões existe uma aproximação de números. Lembrando serem os porcos os animais de menor valorização na pecuária sertaneja.

Tabela 4 - Gado existente nos estabelecimentos rurais segundo as diversas espécies

Dos 173 estabelecimentos rurais recenseados no Município de Entre-Rios	Estabelecimentos / %		Gado	Cabeças	% do total de animais
	169	97,68	Bovino	3.222	23,2
	140	80,92	Equino	641	4,6
	151	87,22	Assinino e Muar	860	6,2
	123	71,09	Ovino	2.781	20,1
	160	92,48	Caprino	4.742	34,2
	150	86,70	Suíno	1.618	11,7
			Total	13.864	100

Fonte: Censo de 1920, Volume 03, Parte 01, Agricultura, pp. 438-439 dos quadros gerais

Considerando em conjunto ovelhas, cabras e porcos, o gado miúdo usado basicamente na alimentação estava presente em nunca menos que 2/3 (dois terços) dos estabelecimentos recenseados. Já os bovinos, tidos como pecuária também para abastecimento externo, os próprios números o demonstram, estiveram presentes em larga escala nos municípios analisados.

Os índices até agora apresentados nos tem indicado a existência de duas realidades distintas para os dois municípios em análise. Se não nos esquecermos que somente as fazendas mais produtivas foram inclusas no censo, e que para Entre-Rios somente 24% do território foi assim classificado, e, para Santa Quitéria 50%, mais que o explícito, ou seja, a dinamicidade de um em comparação com o outro município, cabe-nos perguntar pelo que não fica dito no censo. Refiro-me aqui aos outros ¾ de Entre-Rios e a outra metade do município de Santa Quitéria, com produção anual inferior a 500\$000. É esse universo da pobreza rural, dos minifúndios, que parece abrigar a maioria da população incluindo aqueles que depois de uma ou duas gerações fora da escravidão, atingiram o patamar de pequenos produtores de subsistência. Alguns desses talvez tenham entrado na lista nominal de fazendeiros do censo, mas certamente outros mais não figuraram. É esse universo do “pequeno” que produz para si e os seus, que as memórias dos entrevistados permitem acessar.

Pós-Abolição e memória

Não foi sem um tanto de desconfiança que João Lourenço Filho me recebeu pela primeira vez em sua casa no distrito de Malhada Grande, Santa Quitéria-CE. Naqueles dias de polícia rondando os “matos” qualquer estranho era logo identificado e devidamente posto em interrogações. Nada que a referência a tios e avós residentes ali próximo não desfizesse. João Lourenço Vieira Filho traz no nome a referência ao pai, dono da antiga fazenda Malhada Grande adquirida por compra, e doador do terreno para construção da capela de São João Batista, padroeiro do distrito, uma das maiores glórias para a família. Mas até chegar a condição de proprietário de terras seu João Lourenço Viana trabalhou muito em terras alheias e temos algumas referências de como isso se procedia. Segundo seu filho, nosso entrevistado, a labuta agrária nas terras alheias sob o sistema da parceria era uma tônica generalizada entre os pobres da região, dos quais sua família estava inclusa. O trabalho dos filhos consistia na frente produtiva do núcleo familiar.

Papai abria roçado, quando eu tinha onze ano, meu irmão tinha doze, ele [o pai] comprou logo uns machadin, bateu uns machadin, um pra mim e outro pro Francisco. Nós ia cortando os pau finin e ele ia cortando os grosso. Desde esse tempo pra cá que eu venho todo tempo trabalhando até 1987. Todo tempo sofrendo...⁹

Ora, o regime de parceria ainda hoje bastante difundido, era entendido pelo censo de 1920 como aquele em que “parceiro divide, mediante acordo ou contrato, parte dos lucros produzidos (meia, terça, quarta, etc.).”¹⁰ À diferença do parceiro, a relação do arrendatário com o dono da terra engendra, pelo menos em princípio, uma possibilidade de relação monetarizada, em virtude de que além dos produtos, seu uso pela terra pode ser pago em dinheiro. Isso ilumina o porque de na economia rural do município em início da década de 1920 não tenha sido registrado nenhum arrendatário em Entre-Rios ao mesmo tempo em que tenham tido alguma importância no município de Santa Quitéria, visivelmente mais desenvolvido. Mas, ao que se pode concluir do conjunto de fontes orais, o “morador” das fazendas aqui consideradas estabeleciam uma relação que não seria nem exatamente a do parceiro nem a de arrendatário, incorporando muito mais traços de um e de outro sistema de trabalho. De modo amplo o “morador” tem roça de subsistência, tal qual o proprietário da terra, diferenciando no tamanho dos roçados. Sendo o do proprietário maior, exige-se mão de obra dos moradores e de diaristas de

⁹ Entrevista realizada com João Lourenço Vieira Filho, em sua residência no distrito de Malhada Grande, Santa Quitéria-CE, em 16 de janeiro de 2012.

¹⁰ Censo de 1920. Volume 1, Anexos, p. 142.

outras fazendas, sendo ambos os trabalhadores pagos pelos seus serviços. Como lembrou seu Manoel Luiz em sua entrevista, o dinheiro moeda do trabalhador rural sem terra conseguia-se pela prestação de serviços de abertura de matas, plantação, limpeza das ervas daninhas e colheita da lavoura, em suma, o trabalho da roça nas propriedades que por seu tamanho, exigia contingente maior de trabalhadores.¹¹ Essa parece ter sido prática comum nas primeiras décadas do século XX para um conjunto amplo de não proprietários, inclusive de famílias egressas do cativoiro.

Seu Elias Vital narra que com idade de 15 anos foi trabalhar na fazenda Marrecas à época pertencente a Jonas Martins Braga¹². “Lá desempenhava todas as fainas agrárias em companhia do seu futuro “compadre Jonas”: “nós trabalhava no roçado, nós trabalhava na roça, nós tratava de gado magro, tirava a rama, alevantava vaca véia caída, trabalhava em cacimba véia de gado, em tudo ele [es]tando mais eu.”¹³ Tudo indica que as memórias que convergem para a figura de um fazendeiro trabalhador braçal, diferente mesmo da imagem imponente do ócio e poder do latifundiário tradicionais, não se tratam de casos isolados. Outro entrevistado, Simplício Braga de Farias, bisneto, neto e filho de proprietários rurais, ele próprio também o sendo, exemplifica tal percepção ao dizer que “me criei trabalhando na agricultura, não tive estudo, porque naquela época era coisa muito difícil, mas tinha muita inveja de quem sabia ler e aprendi as letras do alfabeto”¹⁴.

A capacidade de arregimentar força de trabalho na família também é um elemento importante nas engrenagens do mundo rural. Seu Elias Vital, Elias Júlio, Dilau, João Lourenço Filho e até Maria Gustavo, têm fresco na memória os grandes adjuntos de quem faziam parte contratados e/ou eram contratantes. Desse modo, cabe perguntar qual teria sido o peso do trabalho familiar e de diaristas na produção rural e o quanto isso significou para o proprietário do estabelecimento e para o trabalhador. Existia uma demanda por serviços suficiente para que os jornais mantivessem uma família? E em tempos de crise agrária, como essa relação se dava?

De início é preciso que saibamos de uma lógica da economia agrária. Diferente dos ritmos urbanos e industriais em que certo atraso pode ser recompensado pela

¹¹ “[...] pegava trabalhando com aquele patrão ali conforme seja, antigamente, “perai” aí então quando dava sábado, você pegava aqueles cem mil réis”. Entrevista com Manoel Luiz de Souza, em 08 de janeiro de 2009, p. 14.

¹² Quando do recenseamento em 1920 a fazenda pertencia a Miguel Martins Braga.

¹³ Entrevista com Elias Martins Vital, realizada em sua residência na cidade de Cariré, em 12 de fevereiro de 2012.

¹⁴ Entrevista com Simplício Braga de Farias, Sobral, p. 09.

aceleração da produção em momento posterior, para o mundo rural há situações em que a postergação de determinadas atividades significa perda de produção num ciclo produtivo inteiro. Daí porque se tenham momentos de alta necessidade de trabalhadores em oposição de vazios mais ou menos longos. São nos momentos de picos que o peso da família numerosa se fazia. Seu Elias Júlio durante infância e juventude trabalhou como “ajudante do pai”, ou seja, o pai era contratado e o filho Elias era considerado trabalhador extra para o contratante. Em narrativas sobre sua vida de trabalhador rural, seu Elias diz que assim foi construída sua fama de bom capinador, rendendo-lhe convites para trabalhar em vários adjuntos “no meio dos homens formados” (pais de família).

Criado como escravidão, meu pai me fazia como um escravo pra trabalhar pra dar de comer aos outros irmãos meu que eu sou o irmão mais velho... trabalhando pro papai nessa casa aí a negrada levava eu mais o papai [e ele] dizia “vocês vão pagar pra nós num dia só”¹⁵.

Rememorando os tempos de solteira, moça, dona Maria Gustavo não disfarçou seu desacordo com a postura do pai, Gustavo Tibúrcio de Mesquita, que ao contratar numeroso conjunto de trabalhadores, não eximia suas seis filhas do trabalho com enxada junto aos irmãos homens.

O papai meu “fi” botava trabalhador [na quantidade] de dez, de dez... taí, esses nego aí trabalhavam pra ele, eles contam, um João Filho daquele, João Filho da rua [Malhada Grande]... agora é que os outros já morreram... [esses trabalhadores] trabalhavam pra ele [Gustavo]. Botava trabalhador, tropa de dez trabalhador ele botava, dez, doze, e tinha mais meus irmão. Aí chegava no roçado, nós ia tudim pro roçado, com tanta vergonha, tudo com as enxada no ombro não é, os trabalhador e nós de um lado. Era seis moça aqui em casa¹⁶.

Elias Martins Vital narra sua posição de controle da força de trabalho contratada esporadicamente para dar conta do alto volume de produção da fazenda Marrecas, onde viveu intercalando de tempos em tempos com o teto familiar, antes de casar-se.

Às vezes botava dez, doze trabalhador, quinze mas eu ficava no comando. Às vez ele tinha uma viagem pra fazer, aí porque ele botava roçado grande, trinta quarenta litro de milho, nesse tempo a gente brocava roçado, madeira, matona grande, brocava derrubava palha, era um serviço meio difícil, aí quando as veze ele botava um adjunto eu ficava de dono do serviço. [...] Ele saindo de casa pra fazer uma viagem se eu ficasse na casa dele cuidando das luta dele, tinha os filho dele, ele saía tranquilo, sabia que tinha uma pessoa de confiança. É tanto que eu casei e morei sete ano distante da casa dele e ele ficou pelejando até eu vim morar pertin da casa dele¹⁷.

¹⁵ Entrevista com Elias Julio de Sales, em 29 de maio de 2011, p. 01.

¹⁶ Entrevista com Maria Gustavo de Mesquita, realizada em 28 de maio de 2011.

¹⁷ Entrevista com Elias Martins Vital, realizada em 12 de fevereiro de 2012, p. 4.

Mesmo após o casamento, a situação de pai de família impunha a busca por autonomia que encontrou sendo morador do agora compadre Jonas Braga.

Ele disse “Elias, vamos morar comigo, vamo morar mais eu, tu vai trabalhar na minha terra, tu não paga renda, tu pode criar teus filho, tu pode criar tudo que tu quiser, mas eu não te quero pra tu ser meu escravo, eu te quero tu pra ser companheiro da minha família e meu companheiro. [...] Tu pode fazer o teu roçado, plantar teu milho teu feijão, teu algodão teu arroz, tudo que tu plantar tu não paga renda, trabalhar pra mim só se tu tiver tempo, eu não tiro de tu ganhar teus dinheiro que tu tem muito filho, eu não posso te dar nada” aí eu era morador livre¹⁸.

Sendo “morador livre” a situação apontava para o reverso, isto é, as situações de subordinação a que poderiam estar submetidos os moradores sem terra, sujeitos de uma lógica complexa de fidelidade e assistência, características do mundo rural estudado.

Ao se julgar pelas memórias dos entrevistados, a diária pelo serviço agrícola contratado não supria as necessidades de uma unidade familiar, principalmente quando o trabalhador alimentava-se “às custas da casa”. O jornal semanal subtraído as refeições não dava para socorrer as “precisões” da família. Tal é a ideia que se pode formatar pela experiência de seu Elias Vital. Diz ele que

Você trabalha ganha aquele pequeno salário, você almoça e janta, mas os outros que estão em casa, com aquela mixariazinha não dá pra encher a barriga né. Aí eu junto com o meu irmão o João Vital que era mais velho [...] disse assim “vamos trabalhar, pra nós tirar a nossa mãe da escravidão de trabalhar de mais e nossos irmão mais novo de passar fome, comendo de litrin vindo de budegas?” “vamo”, aí nós passemos a plantar em 1939 nós começamos a fazer lavra, 1940 fizemos muita fartura, a nossa casa se transformou-se em casa de muita fartura. A riqueza do pobre era milho no paiol, feijão no depósito, criar galinha, porco, criação [de caprinos e ovinos], era a riqueza do pobre, principalmente os que morava nas terra dos outros¹⁹.

Os casos específicos acima citados possibilitam enxergar algo do mundo rural vivenciados pelos narradores na Primeira República. Trata-se de um reordenamento das balizas de riqueza e poder na região. A hipótese é de que na virada do século XIX para o XX, mais especificamente no pós-1877 e pós-1884, as fazendas grandes tenderam a tornar-se médias, as médias pequenas, e as pequenas mais acessíveis aos historicamente excluídos da propriedade fundiária. Nesse ínterim, toda uma bagagem de experiências que tinha na família seu lócus de articulação, ganha uma nova significação social para os projetos de sobrevivência e melhoramento social. O trabalho está no

¹⁸ Entrevista com Elias Martins Vital, realizada em 12 de fevereiro de 2012, p. 5.

¹⁹ Entrevista com Elias Martins Vital, realizada em 12 de fevereiro de 2012, p. 4.

centro dessa transformação. Ao que tudo indica, a posse de terras não era suficiente para o exercício do poder político e econômico, mas sim, a capacidade produtiva da terra. Essa por sua vez era dependente de aspectos naturais (chuva e adequação do solo) e sociais. Terra rica é aquela sobre a qual existem trabalhadores produzindo. As memórias que aqui ressaltamos indicam esse universo e as possibilidades de atuação abertas nessa situação. Ora, se o proprietário fundiário “grande” depende da força daqueles que cada vez mais acessam algum torrão para seu sustento, cria-se um espaço de barganha em que as negociações de parceria, arrendamento e uma certa “ética camponesa”, apontam para os caminhos que a liberdade vinha oferecendo aos egressos do cativo. A instituição familiar dos trabalhadores rurais pobres congrega essas experiências. O trabalho familiar é sua ferramenta.

O que se entende como “trabalho familiar”? Não se trata absolutamente de uma categoria abstrata, genérica. A análise sobre os modos de existência no campo, nas primeiras décadas do XX, deve manobrar algumas variáveis de grande importância no interior do que estamos chamando de “trabalho familiar”. Uma delas responde às demandas por mão de obra ocasionais em empreendimentos agrícolas de maior monta; outra se refere aos significados do trabalho no interior das gerações que habitam o mesmo lar, isto é, entre pais e filhos(as) em dois ou três patamares. No primeiro caso, os pais de família que detinham um maior contingente de filhos poderiam mobilizar essa força agregando valor ao seu trabalho, tanto que enquanto os filhos não se casam, seus labores agrários são caracterizados como “ajuda” aos pais e não “trabalho” propriamente dito. No segundo caso, e em decorrência do primeiro, o casamento dos filhos os insere no mundo do trabalho face a necessidade de manutenção de um novo “fogo”, nova “cozinha”, nova unidade de consumo e de produção para esse consumo — momento de inflexão no interior da unidade familiar primitiva em que os acúmulos de víveres, necessários para momentos de menor oferta de trabalho e alimentos na economia doméstica, poderiam ser mobilizados para dar o pontapé inicial da nova família²⁰. Assim não só existem “formas sociais de se lidar com variações climáticas e sazonais a cada ciclo agrícola, [como também] há formas sociais para se enfrentarem as modificações

²⁰ “Aí eu me casei com o Alberto do “Bobô” e fui morar no Riacho do Pires, morei lá dois anos e de tudo de toda sementinha eu levei. Levei cinco marranzinha de ovelha, levei criação de galinha, levei uma vaca com um bezerro, uma vaquinha dando leite.” Entrevista com Maria Gustavo de Mesquita, realizada em sua casa na fazenda Extremas, Malhada Grande, Santa Quitéria-CE, em 17 de janeiro de 2009, p. 15.

impostas pelo ciclo biológico das pessoas e pelo ciclo de vida do grupo doméstico a que pertencem”²¹.

Um liberto moreno em tempos de escravidão

Para seu Elias Vital, dona Maria Gustavo e João Lourenço Filho, primos uns dos outros, não foi motivo de receio admitir que nas raízes de suas famílias existiram homens e mulheres que viveram com a liberdade cerceada. Esse tempo ficou no passado e lembrá-lo serviu muito mais para reforçar as diferenças hoje construídas, valorizando as conquistas de duas, três gerações, do que como aspecto denegridor da imagem que se tem. Todavia, muitas águas passaram sob a ponte entre a passado escravo reservado e o presente cidadão digno. São questões a serem tratadas mais adiante. Cabe por ora, analisar uma experiência de liberdade em tempos de escravidão, vivenciada pelo avô de dois entrevistados acima citados. Trata-se de André Lourenço Vieira, pai de Rosa Firmino, mãe de Elias Vital, avô portanto de nosso entrevistado; o mesmo André era também pai de João Lourenço Vieira, pai de João Lourenço Filho, avô portanto de nosso outro entrevistado. São pelas memórias dos dois netos que tentaremos nos aproximar dos significados da liberdade para os “morenos” egressos do cativeiro.

Ainda não consegui balizar temporalmente a vida de André Lourenço, apesar de que seja possível colocá-la em traços largos na segunda metade do século XIX, ao se considerar as informações de seu neto João Lourenço que nasceu em 1919 sem conhecer o avô vivo. Sabe-se também que ele fora casado com Raimunda Inácia do Espírito Santo e morou numa fazenda chamada “São Lourenço” antes do filho João Lourenço Vieira formar-se homem e constituir família.

Nosso entrevistado João Lourenço conta uma história em que seu avô foge de uma fazenda e acolhido noutra, o proprietário dessa não permite que ele seja retornado, aparentemente, apropriando-se dele ao comprar sua alforria. Fazendo-se o tal fazendeiro do passado seu João Filho narra que “(...) o patrão dele foi lá pra comprar ele novamente, ele [o fazendeiro] disse “não[,] nego desse não se vende, deixa ele aqui mesmo” aí ficou, comprou alforria.”²² O que se destaca da história são dois aspectos

²¹ GARCIA JR., Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alasia de. “Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil” In. PIETRAFESA, Emilia; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Estratégias de reprodução social. São Paulo: UNESP, 2009. p. 231.

²² Entrevista com João Lourenço Filho, realizada em 16 de janeiro de 2012.

também presentes e mais claros na narrativa seguinte: a transição da escravidão para a liberdade; relações hierárquicas horizontais no reconhecimento da liberdade do liberto.

Elias Vital narra uma história sobre seu avô, contada pelo seu tio João Lourenço Vieira, o qual dá voz na narrativa. A citação é longa embora não cansativa.

Meu pai André, era do tempo dos escravo, mas no tempo dos escravo existia um direito às vez um rapaz muito trabalhador por meio de bravura ou qualquer coisa, se libertava, patrão dava a liberdade a ele, chamava alforria. Ele [André] era forro. Ele trabalhava como diarista mas não como escravo, no dia que ele tivesse com o patrão e o patrão o aborrecesse, ele desatava a rede e ia embora. O patrão não podia assujeitar que ele era liberto. Então ele trabalhava numa fazenda com um senhor rico e nesse tempo as águas eram difícil, você sabe que o Ceará era seco, tinha os ponto consignado do gado beber e tinha um senhor que tinha uma cacimba de gado, que o gado bebia e... sempre tem gente mais ruim, e para o gado dos vizin não beber mandou cercar a cacimba, botar porteira e amarrar com corda que era pra ninguém entrar e o meu avô que trabalhava com o outro morador vizin foi dar água ao gado do patrão. Quando chegou lá meio dia, que o gado bebe nove pras dez hora, a porteira tava fechada e amarrada de corda, aí ele pensou “pra mim voltar pra casa com o gado do meu patrão que história é que eu tenho pra contar?” nesse tempo a gente tinha o direito de andar com uma faquinha de lado, [ele] puxou a faca, cortou as corda que amarrava a porteira tirou os [inaudível] da porteira, rebolou tudin de lado e deu água ao gado do patrão dele, voltou pra trás. [quando] Chegou não disse nada ao patrão, não disse o que é que tinha acontecido. Aí o dono da terra mandou mais tarde o escravo ir dar água ao gado, chegou na porteira tava aberto e chegou e disse “patrão, a porteira tava aberta” e diz assim “e quem foi?” “e não sei, sei que tinham visto uma pessoa lá que cortou as corda e rebolou os pau de lá e disse que tinha dado água ao gado lá, a cacimba tava toda pisada do gado” aí o patrão ficou calado aí procurou saber quem era aí disseram assim “foi o André, aquele... escravo, aquele morador, aquele trabalhador que trabalha lá com fulano de tal” ele não chegou a dizer o nome. Aí o patrão disse assim “pois diga a esse senhor lá que eu quero comprar aquele nego, que esse nego vale muito dinheiro, nego disposto desse é possível até ser segurança da gente”. Aí mandou chamar, aí o patrão disse “diga a ele que esse moreno não se vende por dinheiro nenhum, uma [por] que ele não é escravo e é um moreno de muito valor e não se pode vender, ele tem a carta livre pode trabalhar, pode viver a vida dele, ninguém pode prejudicar a vida dele.” E assim ele era um homem muito disposto e viveu até... não se assujeitava a homem nenhum, os direito era dele²³.

A narrativa permite muitas reflexões. Primeiro a condição de morador nos últimos tempos da escravidão parece muito aproximada a do escravo, e do liberto, haja vista a realização das mesmas atividades e o próprio convívio no mesmo estabelecimento rural, como se pode depreender da passagem em que fica dito que o escravo do “dono” da cacimba fez o mesmo trabalho de André, isto é, dar água ao gado na cacimba. A diferença talvez entre esses fosse não somente a condição civil, mas também e fundamentalmente, a racialização dessa condição, questão aliás, primordial da história toda. O que está em jogo é também o fato de que apesar do morador sem cor, do liberto

²³ Entrevista com Elias Vital, realizada no dia 12 de fevereiro de 2012, p. 01.

moreno e do escravo estarem fazendo a mesma atividade, André justamente por ser moreno foi alvo de tentativa de compra, o que da margem para pensarmos numa liberdade fragilizada, condicionada mesmo ao reconhecimento dessa condição no âmbito das relações pessoais por ele estabelecidas. Não bastava a “carta livre” que dava a André a condição de forro, mas o conhecimento e aceitação de todos, mormente aos poderosos a quem se dedicava como diarista, de sua condição “valorosa”, referência aos seus valores morais como dedicação ao trabalho e fidelidade ao patrão, ainda que sua cor morena não seja subtraída do discurso tanto tempo depois dos fatos narrados.

De modo muito semelhante ao concluído por Hebe Mattos (1998: 336), a “experiência de liberdade” dos homens livres despossuídos no final do regime escravista foi sendo apropriada pelos libertos. “Mobilidade e autonomia eram os signos mais fortes a identificar essa experiência, que se fazia, entretanto, estreitamente associada a relações costumeiras, de forte cunho pessoal e, muitas vezes, hierárquico”. Somente operando com as relações de força locais, com as possibilidades de sobrevivência na prestação de serviços agrários, com a própria liberdade de ir e vir ainda que condicionada a esses elementos, é que André e quantos outros libertos que não conhecemos tinham a possibilidade de não se “assujeitar” a homem nenhum, a liberdade de “desatar” sua rede e partir para outra fazenda quando se desentendesse com o “patrão” e não “senhor”, de ter “os direitos dele”, para usar a expressão final do narrador.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GARCIA JR., Afrânio R.; HEREDIA, Beatriz A. de. *Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil*. In: PIETRAFESA, Emilia; MENEZES, Marilda A. de; MARIN, Rosa A. (Orgs.) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Estratégias de reprodução social. São Paulo: UNESP, 2009.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**. Os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, Séc. XIX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. **Marcas da escravidão: biografia, Racialização e Memória do Cativo na História do Brasil**. Tese (Professor Titular). Niterói: História/UFF, 2004.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 5, v. 8, p. 170-198, 2004.

Paulo Henrique Souza Martins

Possui graduação em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2009), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (2012) e atualmente cursa doutorado em História pela Universidade Federal do Ceará.
